



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE

TERMO

CONVÊNIO Nº 005/2022/PGE-DETRAN

**CONVÊNIO
QUE ENTRE SI
CELEBRAM O
DEPARTAMENTO
ESTADUAL DE
TRÂNSITO DE
RONDÔNIA –
DETRAN/RO E
O MUNICÍPIO
DE CACOAL,
PARA OS FINS
QUE
ESPECIFICAM.**

O **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 15.883.796/0001-45, com sede à rua Dr. José Adelino, nº 4477, bairro Costa e Silva, nesta capital, doravante denominada simplesmente DETRAN/RO neste ato representado por seu Diretor Geral, **Paulo Higo Ferreira de Almeida**, brasileiro, portador do RG nº 1068063, da SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob nº 998.410.372-20, residente e domiciliado nesta capital, denominado **CONCEDENTE**, e o **MUNICÍPIO DE CACOAL**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 04.092.714/0001-28, com sede na Rua Anísio Serrão, nº 2100, Centro, Município de Cacoal/RO, CEP: 76963-852, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal o Sr. **Adailton Antunes Ferreira**, brasileiro, agente político, portador do RG nº 941410, da SSP/RO e inscrito no CPF sob nº 898.452.772-68, residente e domiciliado no Município de Cacoal/RO, de acordo com a representação que lhe é outorgada através do Termo de Posse, SEI ID nº 0020986335, 0020986371, 0020986485, doravante denominado **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, que atende ao **Processo Administrativo SEI n.º 0010.447105/2021-42**, sujeitando-se as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e Decreto Estadual nº 26.165, de 24 de junho de 2021 e as considerações e cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DOCUMENTOS INTEGRANTES:

1.1 O presente convênio tem por objeto a união dos meios materiais e humanos dos partícipes, na administração do trânsito, visando à execução de sinalização horizontal e vertical nas vias urbanas do Município de Cacoal/RO, conforme plano de trabalho (ID 0028571670), Projeto Básico (ID 0028346535) e seus anexos.

1.2 Fazem parte integrante deste convênio, independentemente de transcrição de suas respectivas redações, plano de trabalho (ID 0028571670), Projeto Básico (ID 0028346535) e seus anexos: Memorial descritivo e Memorial de Cálculo (ID 0028346535), Mapa Layout (ID 0020983272), Mapa desenho técnico (ID 0028052433), Planilha orçamentária (ID 0028054934, 0028053419), Declaração de desnecessidade de BDI – execução direta (ID 0027590287), Planilha de composição de custo unitário (ID 0028052995), Cronograma física Financeira (ID 0028054934), e demais documentos constantes de **Processo SEI nº 0010.447105/2021-42/DETRAN/RO**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O valor global do presente Convênio é de R\$ 441.614,97 (quatrocentos e quarenta e um mil seiscientos e quatorze reais e noventa e sete centavos), devendo ser destinado, exclusivamente, ao objeto de que trata a cláusula primeira, sendo vedada a sua destinação a qualquer fim, elemento ou objeto diverso do indicado de forma discriminada no Plano de Trabalho.

2.2 A participação financeira da CONCEDENTE será no importe de R\$ 397.000,00 (trezentos e noventa e sete mil reais), conforme Nota de Empenho 2022NE000991 (ID 0029904474);

2.3 A contrapartida da CONVENENTE será de R\$ 44.614,97 (quarenta e quatro mil seiscentos e quatorze reais e noventa e sete centavos), conforme Declaração de Contrapartida (ID 0028054579), e no uso de seus próprios bens, serviços e pessoal, para execução deste Convênio e no gerenciamento dos recursos da CONCEDENTE, responsabilizando-se, de forma integral e isolada, pelos valores que excederem o previsto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas da CONCEDENTE decorrentes do presente ajuste sairão à conta da seguinte programação orçamentária: Cód. U.O.: 150020 - Programa de Trabalho: 28 845 0000 0175 017501 – Natureza de Despesa: 33.40.41.02 – Fonte de Recursos: 0.2.40.100000 0.240.

3.2 Os recursos serão liberados conforme cronograma de desembolso definido no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Os recursos previstos na cláusula antecedente não poderão ser repassados a CONVENENTE se for verificada alguma das seguintes condições: vedação legal, algum tipo de débito com o Concedente, inexistência de comprovação válida e tempestiva de regularidade fiscal, trabalhista e de regularidade com obrigações referentes à utilização de recursos anteriormente repassados, ainda que tais fatos sejam anteriores à celebração da avença.

4.2. Os recursos destinados à execução deste Convênio serão obrigatoriamente movimentados através do Banco do Brasil S/A, que manterá conta específica vinculada, cujos extratos demonstrando toda a movimentação diária integrarão a prestação de contas.

4.3 Havendo contrapartida em recursos financeiros, deverá o valor correspondente ser depositado antes pela CONVENENTE, na conta vinculada, como condição para liberação da parcela pela CONCEDENTE.

4.4 A comprovação de quitação das obrigações ajustadas em Convênios anteriores se dá pela comprovação de que não está inadimplente perante o Sistema integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e de que não está inscrito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados – CADIN, se houverem recursos pertencentes à União, bem como a comprovação de que não está inadimplente perante o SIAFEM.

4.5 Para liberação dos recursos, em mais de uma parcela, é obrigatória a apresentação prévia de prestação de contas parcial pela CONVENENTE, e sua aprovação.

4.6 Enquanto não utilizados, os recursos oriundos deste ajuste devem ser aplicados na caderneta de poupança indicada neste termo. Nesse caso, os rendimentos auferidos devem ser aplicados nos fins do termo de convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

5.1. Na execução das despesas deste Convênio, o CONVENENTE deverá seguir o estabelecido na Lei Federal nº 8.666/1993 ou Lei Federal nº 14.133/2020, e demais normas pertinentes, buscando sempre a otimização das compras e a execução dos serviços, em prestígio a moralidade, impessoalidade, economicidade, qualidade e eficiência, observado os valores, estado e especificações apresentados no Plano de Trabalho e em seus complementos.

5.2 A CONCEDENTE não assume qualquer responsabilidade, ainda que subsidiária, perante terceiro pela contratação de serviços ou compra de bens e produtos, com os recursos deste Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DAS VEDAÇÕES

6.1 O instrumento deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive no Decreto Estadual nº 26.165/2021, sendo vedado:

I - Aditar este termo com alteração do objeto;

II - Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

III - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal do Órgão ou Entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

V - Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VI - Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

VII - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e, desde que os prazos para pagamento e percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VIII - Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho; e

IX - Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

7.1 Fica assegurada ao DETRAN/RO a prerrogativa de exercer a autoridade normativa, e o exercício do controle e fiscalização, podendo a qualquer tempo examinar e constatar *in loco* a aplicação dos recursos, diretamente ou através de terceiros credenciados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1 Para a consecução dos objetivos definidos na Cláusula Primeira os partícipes se comprometem e aceitam as seguintes atribuições e responsabilidades determinadas nos artigos 8º e 9º do Decreto nº 26.165/2021, além de outras determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais.

8.2 Sem prejuízo das demais cláusulas deste convênio, são obrigações dos partícipes:

I - DO CONCEDENTE

a) Repassar os recursos financeiros indicados na cláusula segunda, na forma estabelecida na legislação pertinente;

b) Fiscalizar e avaliar a execução deste Convênio, designando comissão de servidores;

c) Aferir a execução do objeto e das suas metas, etapas e fases, conforme pactuado no Plano de Trabalho integrante deste instrumento, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e os efetivamente executados;

d) Dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada a suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público Estadual e a Procuradoria-Geral do Estado.

e) Analisar as comprovações de gastos e julgar a prestação de contas, atendendo prioritariamente ao que dispõe a cláusula quinta;

f) Somente autorizar o repasse se a Conveniente e seus administradores não tiverem prestação de contas anteriores rejeitadas ou que por algum outro motivo estejam pendentes de solução com a Fazenda Estadual por culpa da referida entidade;

g) A assinatura desta parceria pressupõe que a Concedente considerou que a Conveniente possui pessoal qualificado para sua execução e regular prestação de contas e/ou que se compromete a fornecer capacitação mínima para tanto.

II - DO CONVENENTE

- a) Aplicar corretamente os recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste Convênio;
- b) Manter em boas condições de segurança em arquivo todo e qualquer documento relativo a este Convênio pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação das contas do gestor da CONCEDENTE pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, correspondente ao exercício da concessão dos recursos;
- c) Propiciar aos técnicos da CONCEDENTE o livre acesso para acompanhamento, supervisão, controle e fiscalização da execução deste Convênio;
- d) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciários decorrentes de utilização de recursos humanos, nos trabalhos deste Convênio, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre ele;
- e) Apresentar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos recebidos, na forma estabelecida na legislação pertinente, mencionada neste Convênio;
- f) Exigir caso a caso a nota fiscal nos serviços e compras efetuados de terceiros, sendo vedado efetuar pagamento sem o atendimento dessa condição;
- g) Indicar por escrito se há outros convênios ou outro tipo de ajuste para a mesma finalidade, descrita na cláusula primeira;
- h) Exigir que conste na nota fiscal e/ou recibo do vendedor, referência a este Convênio;
- i) Prestar contas dos recursos em definitivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;
- j) A CONVENIENTE deverá possuir, nos quadros da entidade, profissional com expertise técnico-jurídico sobre as formalidades e especificidades legais atinentes ao regular emprego dos recursos públicos, dotado de habilidade suficiente para prestar contas dos recursos recebidos e geridos;
- k) Na hipótese de inexistir pessoal com tal qualificação, que lhes sejam ofertados capacitação técnica mínima sobre a prestação de contas dos recursos públicos recebidos, sob pena de devolução integral do recurso recebido.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1 O prazo de vigência do presente convênio é de 12 (doze) meses, a contar da data de liberação dos recursos.

9.2 A vigência do convênio também poderá ser prorrogada por iniciativa do conveniente, mediante requerimento específico protocolizado com antecedência mínima de trinta (30) dias, o qual conterá as razões de interesse público que justificam o pedido, devendo a solicitação ser instruída com relatório demonstrativo da situação atualizada da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

10.1 Este Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável, dele decorrendo as responsabilidades pelas obrigações contraídas no prazo da sua vigência.

10.2 Constituem motivos para rescisão do instrumento:

- a) O inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) A constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

c) A verificação de qualquer circunstância que enseja a instauração de tomada de contas especial; e

d) A ocorrência da inexecução financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESTITUIÇÃO

11.1 A CONVENIENTE se compromete a restituir os valores repassados pela CONCEDENTE, nos casos previstos neste instrumento e no Decreto nº 26.165/2021.

11.2 Não havendo qualquer execução física, nem utilização dos recursos, o recolhimento à conta do DETRAN/RO deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora e, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas por decorrência das aplicações financeiras realizadas.

11.3 Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, serão devolvidos à Conta DETRAN/RO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade CONCEDENTE.

11.4 A devolução será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e os da contrapartida previstos na celebração independentemente da época em que foram aportados pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

12.1 Em todo e qualquer bem, equipamento, obra ou ação relacionados com o objetivo descrito na cláusula primeira, será obrigatoriamente destacada a participação da CONCEDENTE e da CONVENIENTE, mediante identificação, através de placa, faixa e adesivos, ficando vedados nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de pessoas, inclusive de autoridades ou servidores públicos. Também será destacada a participação quando ocorrer divulgação, através de jornal, rádio e/ou televisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1 Após as assinaturas neste Convênio, o CONCEDENTE providenciará a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROPRIEDADE DOS BENS

14.1 A titularidade dos bens adquiridos com repasse financeiro ou dos bens repassados diretamente pelo CONCEDENTE é do CONVENIENTE, salvo expressa disposição em contrário e, desde que justificado pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho-RO, para dirimir as questões decorrentes deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

Instrumento jurídico elaborado na forma do art. 23, da LCE 620/2011, c/c a LCE n. 1.000/2018 segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.



Documento assinado eletronicamente por **ADAILTON ANTUNES FERREIRA**, **Usuário Externo**, em 27/06/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA, Diretor(a)**, em 27/06/2022, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Nunes Madeira, Procurador(a)**, em 27/06/2022, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0029928653** e o código CRC **FDE33573**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

EXTRATO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 005/2022/PGE-DETRAN

CONCEDENTE: DETRAN/RO

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE CACOAL (CNPJ sob n.º 04.092.714/0001-28).

OBJETO DO CONVÊNIO: União dos meios materiais e humanos dos partícipes, na administração do trânsito, visando à execução de sinalização horizontal e vertical nas vias urbanas do Município de Cacoal.

PROCESSO n.º 0010.447105/2021-42.

DO VALOR TOTAL : R\$ 441.614,97 (quatrocentos e quarenta e um mil seiscentos e quatorze reais e noventa e sete centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de liberação dos recursos, admitida prorrogações.

ASSINAM:

PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA

Diretor Geral

ADAILTON ANTUNES FERREIRA

Prefeito do Município de Cacoal/RO



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA**, Diretor(a), em 01/07/2022, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0029975874** e o código CRC **3AACD6BD**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE

TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 005/2022/PGE-DETRAN, QUE CELEBRAM O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA - DETRAN/RO, DE UM LADO, E, DE OUTRO, O CONVENENTE MUNICÍPIO DE CACOAL/RO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONCEDENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA - DETRAN/RO, inscrita no CNPJ sob o nº 15.883.796/0001-45, com sede à Rua Dr. José Adelino, nº 4477, bairro Costa e Silva, nesta cidade de Porto Velho-RO, representado pelo Diretor de Planejamento, Administração e Finanças, o(a) Sr.(a) **Arildo Lopes da Silva**, portador(a) do RG nº 19.593.991 e inscrito no CPF/MF nº 299.056.482-91, conforme Portaria nº 710 de 12 de maio de 2023 de Delegação de Competência para Ordenador de Despesas no âmbito do DETRAN/RO (ID 0038906886).

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE CACOAL, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 04.092.714/0001-28, com sede na Rua Anísio Serrão, nº 2100, Centro, Município de Cacoal/RO, CEP: 76963-852, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **Adailton Antunes Ferreira**, portador do RG nº 941410, da SSP/RO, inscrito no CPF/MF sob o nº 898.452.772-68, regularmente empossado e no exercício do cargo de Prefeito, de acordo com a representação que lhe é outorgada pelo documento (ID 0022048648).

Considerando a necessidade e a conveniência da Administração em prorrogar o Convênio nº 005/2022/PGE-DETRAN, conforme a justificativa de aditamento contida no ID 0038703074, a manifestação referencial da Procuradoria Geral do Estado nº 30/2022/PGE-PA e o que mais constar nos autos do Processo Administrativo nº 0010.447105/2021-42, resolvem alterar o mencionado compromisso nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Fica autorizada a prorrogação de prazo do Convênio nº 005/2022/PGE-DETRAN por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2023, nas mesmas condições preestabelecidas.

Cláusula Segunda - Permanecem inalteradas e em vigor as cláusulas e condições anteriormente pactuadas naquilo que não conflitar com as disposições aqui inseridas.

Para firmeza e como prova do acordo, é lavrado o presente Termo Aditivo, que, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes.

Instrumento jurídico elaborado na forma do art. 23, da LCE 620/2011, c/c a LCE n. 1.000/2018, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento, e previamente vistado no Parecer Referencial nº 30/PGE-2022 ID 0038906789.



Documento assinado eletronicamente por **ADAILTON ANTUNES FERREIRA, Usuário Externo**, em 19/06/2023, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arildo Lopes da Silva, Diretor(a)**, em 19/06/2023, às 22:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Nunes Madeira, Procurador Diretor**, em 20/06/2023, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0039019765** e o código CRC **2297B812**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

EXTRATO

EXTRATO DO 1ºTACONV Nº 005/2022/PGE-DETRAN

ADITANTES: DETRAN/RO e Município de Cacoal (CNPJ nº 04.092.714/0001-28).

OBJETO: Fica autorizada a prorrogação de prazo do Convênio por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2023.

PROCESSO SEI Nº 0010.447105/2021-42.

ASSINAM:

ARILDO LOPES DA SILVA

Diretor de Planejamento, Administração e Finanças

ADAILTON ANTUNES FERREIRA

Prefeito do Município de Cacoal/RO



Documento assinado eletronicamente por **Arildo Lopes da Silva, Diretor(a)**, em 21/06/2023, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0039235472** e o código CRC **76857D8D**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE

TERMO ADITIVO

**2º TERMO ADITIVO
AO TERMO DE
CONVÊNIO Nº
005/2022/PGE-
DETRAN, QUE
CELEBRAM O
DEPARTAMENTO
ESTADUAL DE
TRÂNSITO DO
ESTADO DE
RONDÔNIA -
DETRAN/RO, DE UM
LADO, E, DE OUTRO,
O CONVENIENTE
MUNICÍPIO DE
CACOAL/RO, PARA
OS FINS QUE
ESPECIFICA.**

CONCEDENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 15.883.796/0001-45, com sede à rua Dr. José Adelino, nº 4477, bairro Costa e Silva, nesta capital, doravante denominada simplesmente DETRAN/RO neste ato representado por seu Diretor de Planejamento, Administração e Finanças, o Sr. **Onildo Pires Araújo**, brasileiro, conforme Portaria nº 1742 de 29 de dezembro de 2023 de Delegação de Competência para Ordenador de Despesas no âmbito do DETRAN/RO, residente e domiciliado nesta capital.

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE CACOAL, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 04.092.714/0001-28, com sede na Rua Anísio Serrão, nº 2100, Centro, Município de Cacoal/RO, CEP: 76963-852, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **Adailton Antunes Ferreira**, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.452.772-XX, regularmente empossado e no exercício do cargo de Prefeito, de acordo com a representação que lhe é outorgada pelo documento (Id. 0022048648).

Considerando a necessidade e a conveniência da Administração em alterar o Convênio nº 005/2022/PGE-DETRAN, conforme a justificativa de aditamento contida no Id. 0044327647, Parecer nº 26/2024/PGE-DETRAN (0045936474), novo Plano de Trabalho apresentado no Id. 0046720650 e o que mais constar nos autos do Processo Administrativo nº 0010.447105/2021-42, resolvem alterar o mencionado compromisso nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Fica aprovado o novo Plano de Trabalho (Id. 0046720650) do Convênio nº 005/2022/PGE-DETRAN.

Cláusula Segunda - Permanecem inalteradas e em vigor as cláusulas e condições anteriormente pactuadas naquilo que não conflitar com as disposições aqui inseridas.

Para firmeza e como prova do acordo, é lavrado o presente Termo Aditivo, que, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes.

Instrumento jurídico elaborado na forma do art. 23, da LCE 620/2011, c/c a LCE n. 1.000/2018, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.



Documento assinado eletronicamente por **ADAILTON ANTUNES FERREIRA, Usuário Externo**, em 12/04/2024, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Onildo Pires Araujo, Diretor(a)**, em 12/04/2024, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAXWEL MOTA DE ANDRADE, Procurador Diretor**, em 12/04/2024, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0047282101** e o código CRC **58FA6329**.



Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 72
Disponibilização: 19/04/2024
Publicação: 19/04/2024

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

EXTRATO

EXTRATO DO 2ºTACONV Nº 005/2022/PGE-DETRAN

ADITANTES: DETRAN/RO e Município de Cacoal (CNPJ nº 15.883.796/0001-45).

OBJETO: Fica aprovado o novo Plano de Trabalho (Id. 0046720650) do Convênio nº 005/2022/PGE-DETRAN.

PROCESSO SEI Nº 0010.447105/2021-42.

ASSINADO EM: 12/04/2024.

ONILDO PIRES ARAÚJO

Diretor de Planejamento, Administração e Finanças
Portaria de delegação nº 1742 de 29 de dezembro de 2023

ADAILTON ANTUNES FERREIRA

Prefeito de Cacoal



Documento assinado eletronicamente por **Onildo Pires Araujo, Diretor(a)**, em 18/04/2024, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0047728982** e o código CRC **E4C8D40B**.

Referência: Caso responda este(a) Extrato, indicar expressamente o Processo nº 0010.447105/2021-42

SEI nº 0047728982



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE

TERMO ADITIVO

3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 005/2022/PGE-DETRAN, QUE CELEBRAM O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA - DETRAN/RO, DE UM LADO, E, DE OUTRO, O CONVENENTE MUNICÍPIO DE CACOAL/RO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONCEDENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA - DETRAN/RO, inscrita no CNPJ sob o nº 15.883.796/0001-45, com sede à Rua Dr. José Adelino, nº 4477, bairro Costa e Silva, nesta cidade de Porto Velho-RO, neste ato representado por seu Diretor Geral Adjunto Sr. **Paulo Higo Ferreira de Almeida**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº ***.410.***-20, residente e domiciliado nesta capital.

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE CACOAL, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 04.092.714/0001-28, com sede na Rua Anísio Serrão, nº 2100, Centro, Município de Cacoal/RO, CEP: 76963-852, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **Adailton Antunes Ferreira**, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.452.***-68, regularmente empossado e no exercício do cargo de Prefeito, de acordo com a representação que lhe é outorgada pelo documento (ID 0022048648).

Considerando a necessidade e a conveniência da Administração em prorrogar o Convênio nº 005/2022/PGE-DETRAN, conforme a justificativa de ID 0048432190 e o que mais constar nos autos do Processo Administrativo nº 0010.447105/2021-42, resolvem alterar o mencionado compromisso nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Fica prorrogado o prazo do Convênio nº 005/2022/PGE-DETRAN por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2024, nas mesmas condições preestabelecidas.

Cláusula Segunda - Permanecem inalteradas e em vigor as cláusulas e condições anteriormente pactuadas naquilo que não conflitar com as disposições aqui inseridas.

Para firmeza e como prova do acordo, é lavrado o presente Termo Aditivo, que, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes.

Instrumento jurídico elaborado na forma do art. 23, da LCE 620/2011, c/c a LCE n. 1.000/2018, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.



Documento assinado eletronicamente por **ADAILTON ANTUNES FERREIRA, Usuário Externo**, em 25/06/2024, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA, Diretor(a) Adjunto(a)**, em 26/06/2024, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAXWEL MOTA DE ANDRADE, Procurador(a) Diretor(a)**, em 27/06/2024, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0050135486** e o código CRC **1C4DD020**.



Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 122
Disponibilização: 04/07/2024
Publicação: 04/07/2024

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

EXTRATO

EXTRATO DO 3ºTACONV Nº 005/2022/PGE-DETRAN

ADITANTES: DETRAN/RO e Município de Cacoal (CNPJ nº 15.883.796/0001-45).

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do Convênio nº 005/2022/PGE-DETRAN por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2024.

PROCESSO SEI Nº 0010.447105/2021-42.

ASSINAM:

PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA

Diretor-Geral Adjunto

Portaria de Delegação nº 906 de 25 de junho de 2024

ADAILTON ANTUNES FERREIRA

Prefeito de Cacoal



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HIGO FERREIRA DE ALMEIDA, Diretor(a) Adjunto(a)**, em 03/07/2024, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0050221899** e o código CRC **30F43310**.

Referência: Caso responda este(a) Extrato, indicar expressamente o Processo nº 0010.447105/2021-42

SEI nº 0050221899



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria Geral junto ao Departamento Estadual de Trânsito - PGE-DETRAN

TERMO ADITIVO

4º TERMO
ADITIVO AO
TERMO DE
CONVÊNIO
Nº
005/2022/PGE-
DETRAN,
QUE
CELEBRAM
O
DEPARTAMENTC
ESTADUAL DE
TRÂNSITO
DO ESTADO
DE
RONDÔNIA -
DETRAN/RO,
DE UM
LADO, E, DE
OUTRO, O
CONVENIENTE
MUNICÍPIO
DE
CACOAL/RO,
PARA OS
FINS QUE
ESPECIFICA.

CONCEDENTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA - DETRAN/RO, inscrita no CNPJ sob o nº 15.883.796/0001-45, com sede à Rua Dr. José Adelino, nº 4477, bairro Costa e Silva, nesta cidade de Porto Velho-RO, neste ato representado por seu Diretor Geral Sr. **Sandro Ricardo Rocha dos Santos**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº ***.630.***-09., residente e domiciliado nesta capital.

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE CACOAL, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 04.092.714/0001-28, com sede na Rua Anísio Serrão, nº 2100, Centro, Município de Cacoal/RO, CEP: 76963-852, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **Adailton Antunes Ferreira**, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.452.***-68, regularmente empossado e no exercício do cargo de Prefeito, de acordo com a representação que lhe é outorgada pelo documento (ID [0022048648](#)).

Considerando a necessidade e a conveniência da Administração em prorrogar o Convênio nº 005/2022/PGE-DETRAN, conforme a justificativa de ID [0060552769](#), o **Parecer Jurídico referencial nº 4/2024/PGE-GAB** (ID [0060574560](#)) e o que mais constar nos autos do Processo Administrativo nº [0010.447105/2021-42](#), resolvem alterar o mencionado compromisso nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Fica prorrogado o prazo do Convênio nº 005/2022/PGE-DETRAN por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2025, nas mesmas condições preestabelecidas.

Cláusula Segunda - Permanecem inalteradas e em vigor as cláusulas e condições anteriormente pactuadas naquilo que não conflitar com as disposições aqui inseridas.

Para firmeza e como prova do acordo, é lavrado o presente Termo Aditivo, que, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes.

Instrumento jurídico elaborado na forma do art. 23, da LCE 620/2011, c/c a LCE n. 1.000/2018, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento, e previamente vistado no **Parecer Jurídico referencial nº 4/2024/PGE-GAB** (ID [0060574560](#)).



Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 109
Disponibilização: 11/06/2025
Publicação: 11/06/2025

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Coordenadoria de Apoio Técnico ao Gabinete - DETRAN-CTECGAB

EXTRATO

EXTRATO DO 4ºTACONV Nº 005/2022/PGE-DETRAN

ADITANTES: DETRAN/RO e Município de Cacoal (CNPJ nº 15.883.796/0001-45).

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do Convênio por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2025.

PROCESSO SEI Nº 0010.447105/2021-42.

ASSINAM:

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS

Diretor-Geral

ADAILTON ANTUNES FERREIRA

Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 10/06/2025, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061075051** e o código CRC **6A92B4A5**.

Referência: Caso responda este(a) Extrato, indicar expressamente o Processo nº 0010.447105/2021-42

SEI nº 0061075051



RONDÔNIA
★
Governo do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Assessoria de Gabinete - DETRAN-ASSESGAB

DESPACHO

PROCESSO Nº: 0010.447105/2021-42

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

ASSUNTO: CONVÊNIO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - **PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL**

VALOR - CONVÊNIO: R\$ 441.614,97 (QUATROCENTOS E QUARENTA E UM MIL SEISCENTOS E QUATORZE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)

VALOR - DETRAN/RO: R\$ 397.000,00 (TREZENTOS E NOVENTA E SETE MIL REAIS)

VALOR - PREFEITURA: R\$ 44.614,97 (QUARENTA E QUATRO MIL SEISCENTOS E QUATORZE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)

DESTINO: DETRAN-DITET/GERCON

Senhor (a) Diretor (a),

Trata-se de procedimento administrativo que tem como objeto a análise da **PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL** do convênio com a Prefeitura do Município de **Cacoal/RO**, visando à execução de sinalização horizontal e vertical nas vias urbanas do Município, de acordo com programação sistemática estabelecida pela prefeitura, solicitado através do Ofício nº 91/PROJ/GAB/2021 de 26/07/2021 (0020982031) e Ofício nº 92/PROJ/GAB/2021 de 26/07/2021 (0020982191), **inicialmente**, conforme Projeto Básico (0028346535 - fl. 01/04), a ser executado em 360 (trezentos e sessenta) dias, para execução do objeto, conforme cronograma físico-financeiro (0028346535 - fl. 05) de acordo com Plano de Trabalho (0028571670), com valor do convênio de R\$ 441.614,97 (quatrocentos e quarenta e um mil seiscentos e quatorze reais e noventa e sete centavos), sendo pelo Concedente o valor de R\$ 397.000,00 (trezentos e noventa e sete mil reais) e do Conveniente como Contrapartida o valor de R\$ 44.614,97 (quarenta e quatro mil seiscentos e quatorze reais e noventa e sete centavos).

No decorrer da execução do Convênio nº 005/2022/DETRAN-PGE (0029928653), fora apresentado/acrescentado novo Plano de Trabalho (0046720650), devidamente aprovado por esta Autarquia conforme Cláusula Primeira do 2º Termo Aditivo (0047282101). Vale ressaltar que não houve alteração financeira, visto que o recurso utilizado com o novo Plano de Trabalho (0046720650 - item 5) foi oriundo de **saldo não utilizado na licitação**, conforme descrito na Justificativa de 07/03/2024 (0046720652).

Os autos em apreço me foram distribuídos, com o ônus que desfaço agora, de analisar a **PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL** apresentada pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO** que foi encaminhada via e-mail (ID 69554182).

Preliminarmente, cabe-se destacar que convênio corresponde a um acordo de vontades pela qual o Poder Público firma associação com entidades públicas ou privadas, visando o atendimento de interesses comuns, havendo mútua colaboração entre os partícipes e os pagamentos são integralmente voltados para a consecução do objetivo expresso no instrumento.

A Constituição Federal, no art. 241, prevê a formalização de convênios e consórcios como forma de “gestão associada de serviços públicos”, vejamos:

“Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços

Pois bem. Considerando que a vigência do referido convênio encerrará em 01/07/2026 conforme 4º Termo Aditivo (0060981400) a **PREFEITURA DE CACOAL**, por meio do **OFÍCIO Nº 697/PMC-GAB/2025** (ID 69554637) encaminha **os documentos da prestação de contas final** tendo em vista que os serviços de sinalização foram concluídos, conforme atestado pela Comissão de Fiscalização (ID 68084067).

Em 27 de Fevereiro de 2026, os documentos referentes a Prestação de Contas Final foram relacionados no Checklist (ID 69585968), sendo o mesmo encaminhado posteriormente à Gerência de Contabilidade (ID 69590788) solicitando análise da prestação de contas quanto aos aspectos financeiros. Que em resposta, a Gerência emitiu o Despacho DETRAN-GERCON (ID 70179879), no qual elaborou um demonstrativo da Conciliação bancária (70170476) sobre este Convênio.

Observa-se ainda, que fora emitido o Relatório de Gestão Final do Convênio (ID 70216525) que se manifestaram de forma favorável quanto a **CONCLUSÃO FINAL** do **CONVÊNIO Nº 005/2022/PGE-DETRAN (ID0029928653)**.

(...)

Neste contexto, considerando, salvo melhor juízo, que o Município de Cacoal/RO, **concluiu totalmente os serviços de sinalização, bem como apresentou a prestação de contas**, entendemos pertinente o envio dos autos à Auditoria Interna desta Autarquia, **para análise e manifestação conclusiva da Prestação de Contas Final do referido Convênio**, visando futura homologação do convênio em tela.

[...]

Desse modo, os autos foram encaminhados ao controle interno, órgão responsável pelo acompanhamento e análise da prestação de contas, o qual por meio do **Parecer nº 420/2026/DETRAN-AUDINT** (ID 70288137) **se manifestou conclusivamente**, do ponto de vista da conformidade, que os autos apresentam condições para homologação da prestação de contas da prestação de contas final, o qual submetemos à apreciação e deliberação do Ordenador de Despesa quanto à homologação da prestação de contas do Convênio nº 005/2022, em atendimento ao art. 17, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 26.165/2021 e alterações.

Desta feita, considerando as atribuições que competem a esta **DIRETORIA GERAL, HOMOLOGO o Parecer Nº 420/2026/DETRAN-AUDINT** (ID 70288137) para que produza seus jurídicos e legais efeitos, adotando como razões/fundamentações o posicionamento ali contido, bem como **AUTORIZO** a homologação da **PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL** do **CONVÊNIO Nº 005/2022/PGE-DETRAN (ID0029928653)** apresentada pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CACOAL**.

Ato contínuo, encaminhamos os autos à **DIRETORIA TÉCNICA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - DITET** para conhecimento e adoção das demais providências de estilo visando a continuidade do feito bem como notificação da decisão à Prefeitura.

Após, a **DETRAN-GERCON** para registro no **SIGEF** em atenção ao **art. 27, §3º do Decreto Estadual nº 26.165/2021**.

Atenciosamente,

Krishna Sonniê Teixeira Meneses
Assessoria de Gabinete
DETRAN-ASSESGAB

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS
Diretor Geral
DETRAN-DIRGERAL
DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 08/04/2026, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Krishna Sonniê Teixeira Meneses, Assessor(a)**, em 08/04/2026, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70810760** e o código CRC **3E455B4A**.